

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
------------------------	-----------

Capítulo 1

ASPECTOS GERAIS: CONTEXTUALIZAÇÃO	27
------------------------------------------------	-----------

1.1. Origens e experiência estrangeira	27
1.1.1. <i>Astreinte</i> francesa	27
1.1.2. A multa no direito português.....	30
1.1.3. <i>Contempt of court</i>	33
1.2. Poder do juiz e multa	38
1.2.1. Natureza jurídica e limites dos poderes do juiz....	38
1.2.2. Na fase instrutória – probatória.....	40
1.2.3. Na fase executiva.....	48
1.2.4. Reflexões sobre o panorama atual dos poderes do juiz e a multa coercitiva.....	52
1.3. Enquadramento na tutela específica	55
1.3.1. Da tutela de direitos à tutela jurisdicional.....	55
1.3.2. Delineamentos sobre a tutela executiva.....	59
1.3.2.1. Abordagem conceitual e as diversas es- pécies de execução	60
1.3.2.2. Meios executivos e técnica executiva	64
1.3.2.2.1. Execução para a entrega de coisa e desapossamento	65
1.3.2.2.2. Execução de obrigação de fazer e não fazer e transformação	67
1.3.2.2.3. Execução por quantia certa e ex- propriação	69

1.3.2.3.	Tutela executiva e devido processo legal.....	70
1.3.3.	A tutela específica	73
1.3.3.1.	Contornos sobre o seu conceito e classificações	73
1.3.3.2.	Evolução legislativa brasileira recente da tutela específica	83
1.3.4.	Tutela específica e as medidas executivas atípicas do CPC 2015.....	85
1.3.4.1.	A admissibilidade em abstrato das medidas executivas atípicas.....	86
1.3.4.2.	A diferente aplicação das medidas executivas atípicas nas diversas modalidades de execução	95
1.3.4.3.	Atipicidade executiva fundada no artigo 190 do CPC 2015 (por negociação das partes)	99
1.3.5.	Síntese conclusiva: <i>astreinte</i> como medida de apoio ao atingimento da tutela específica.....	101
1.4.	<i>Astreinte</i> e as garantias processuais do cidadão em juízo	102
1.4.1.	As garantias processuais do cidadão em juízo	103
1.4.2.	Acesso à justiça.....	105
1.4.2.1.	O viés concretizador ou o efetivo acesso à justiça.....	106
1.4.2.2.	Possibilidade das partes na busca pelo acesso à justiça.....	110
1.4.3.	Razoável duração do processo: tempo e processo, razoável duração e mecanismos de aceleração processual.....	111
1.4.4.	Efetividade processual e devido processo legal.....	117
1.4.5.	Correlação entre as <i>astreintes</i> e os ideais de acesso à justiça, efetividade processual, e razoável duração do processo	120

Capítulo 2

ASPECTOS DOGMÁTICOS DA MULTA COERCITIVA.....	123
2.1. Panorama histórico brasileiro.....	123
2.1.1. Realidade anterior ao Código de Processo Civil de 1973 – A multa coercitiva sobre o prisma do direito material.....	123
2.1.2. Mudança de paradigma com as reformas processuais dos anos 90 – a valorização da tutela específica inibitória e das <i>astreintes</i>	126
2.1.3. Afirmações e alterações gerais no Código de Processo Civil de 2015.....	128
2.2. Conceito e natureza jurídica.....	132
2.2.1. Necessário distanciamento das sanções e penalidades materiais.....	133
2.2.2. Outras distinções relacionadas a sanções de natureza processual.....	137
2.2.3. Coercitividade, acessoriedade e patrimonialidade.....	141

Capítulo 3

ASPECTOS CONTROVERTIDOS E ESPECÍFICOS DA MULTA COERCITIVA	147
3.1. Campo de incidência.....	147
3.1.1. Sujeitos Passivos.....	147
3.1.1.1. Partes e terceiros.....	147
3.1.1.2. Fazenda Pública e agentes públicos.....	152
3.1.1.3. Juizados Especiais.....	156
3.1.1.4. Beneficiários de gratuidade da justiça.....	159
3.1.1.5. No direito de família e na esfera criminal: Lei Maria da Penha, Código Penal e direito de visita do genitor.....	160
3.1.2. Extensão a outras espécies de obrigação diversas das tradicionais obrigações de fazer e não fazer e entrega de coisa.....	163

3.1.2.1.	A questão da fungibilidade da obrigação	166
3.1.2.2.	Obrigações <i>propter rem</i>	167
3.1.2.3.	A controvérsia quanto à exibição de documento	170
3.1.3.	Honorários advocatícios	175
3.2.	Critérios Temporais.....	177
3.2.1.	Unidade de tempo	177
3.2.2.	Momento de fixação	181
3.2.3.	Termo inicial	182
3.2.4.	Termo Final	193
3.2.5.	Execução	196
3.3.	O <i>Quantum</i>	202
3.3.1.	Critérios e limites sobre a fixação do valor	202
3.3.2.	Alterações supervenientes no valor.....	208
3.3.2.1.	Considerações sobre as possibilidades de alteração e de supressão	208
3.3.2.2.	Parâmetros e requisitos	211
3.3.2.2.1.	Delimitação do escopo, limite e critérios.....	211
3.3.2.2.2.	Proporcionalidade, motivo relevante para o descumprimento da obrigação e postura do exequente (o “ <i>duty to mitigate the loss</i> ”) ...	213
3.3.2.3.	O histórico posicionamento do Superior Tribunal de Justiça e seu atual insucesso no esforço de uniformização.....	219
3.3.3.	Proposta de sistematização dos parâmetros para a fixação e supressão da multa coercitiva	226
3.4.	A destinação do valor	227
3.4.1.	Os contornos e a evolução das teorias	227
3.4.2.	A opção adotada pelo Código de Processo Civil de 2015 e suas falhas.....	231

3.4.3. Transmissibilidade.....	232
3.5. Cumulação com perdas e danos e outros tipos de sanção ...	235
3.5.1. Perdas e danos.....	235
3.5.2. Litigância de má-fé e multas moratórias e por ato atentatório à dignidade da justiça.....	237
3.5.3. Crime de desobediência.....	240
3.6. Pontos sensíveis quanto aos efeitos das decisões finais de mérito, dos recursos e de ações e decisões autônomas na incidência da sua exigibilidade.....	243
3.6.1. Sentenças de procedência e improcedência	244
3.6.2. Agravo, apelação e embargos de declaração.....	246
3.6.3. Revogação da decisão que impõe a multa coercitiva pelo próprio juiz prolator e decisões proferidas nas impugnações ao cumprimento de sentença, nos embargos à execução e nas defesas heterotópicas.....	250
3.7. Influência da negociação processual (art. 190 do CPC 2015) na multa coercitiva	252
3.8. Semelhanças e diferenças entre a aplicação das <i>astreintes</i> no Código de Processo Civil e em outros instrumentos legais	255
3.8.1. Normas que regem o processo coletivo	255
3.8.2. Arbitragem.....	262
CONCLUSÃO	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	273